

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOS ACERVOS DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

VANESSA DIAS SANTIAGO¹; JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES²

¹*Universidade Federal de Pelotas – vanessadiasantiago@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – fernandoigansi@gmail.com*

1 INTRODUÇÃO

Um princípio importante para a formação da memória são as noções que os indivíduos possuem de memória e patrimônio. Sendo assim torna-se necessário conhecer as noções relativas a estes conceitos, pois ajudará a entender de que forma auxiliam nessa formação. Sendo assim pode-se dizer que a memória pertence a uma categoria polissêmica que nos permite lembrar e esquecer, motivo de união e ao mesmo tempo separação dos povos, dá identidade aos indivíduos. Inicialmente foi analisada como individual e, ao longo do tempo, se converteu em um objeto de estudo na perspectiva social. Ricoeur (2007) discute a consciência e as fronteiras da memória, da história e do esquecimento, investigando a natureza dos fenômenos mnemônicos. Considera que por meio da memória podemos manter vivo determinado evento, fixar, resgatar, conservar e estimular sentimentos e, sobretudo (re)significar a realidade. Nesse sentido, entende que o objeto da memória pode ser recuperado, ao relembrarmos buscamos na memória aquilo que não existe mais no presente momento, mas sim a sua representação, por isso considera a representação presente de uma coisa ausente.

A preocupação em conservar a memória remonta a antiguidade e surgiu da necessidade de se transmitir e guardar informações. Essa grande categoria polissêmica, objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento, da neurociência cognitiva às ciências sociais e humanas, é um essencial recurso que utilizamos a todo instante, mesmo sem perceber. Graças a memória os seres vivos são capazes de adquirir, armazenar, evocar conhecimentos do passado e transmiti-los às futuras gerações. Embora essa definição seja aparentemente simplista, a memória está associada a funções complexas, como a trajetória do pensamento, o que lembramos e o que esquecemos, refletindo na construção de identidades e organização social, política e cultural das nações.

Outro ponto importante para discutir é a definição de patrimônio, uma vez que a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação de Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração inseriu o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, acima de tudo os de caráter imaterial. Assim sendo, a Constituição de 1988 toma o documento como um dos elementos que compõem o Patrimônio Cultural brasileiro, de acordo com o Art. 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 123).

De acordo com a UNESCO (p. 1, 2017): [...] o patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade.

Os espaços detentores de memória aparecem, como possibilidade de armazenamento documental de nossas memórias. Surgindo então a necessidade de criar bibliotecas, arquivos, museus entre outros a fim de tornar possível o armazenamento e acesso as memórias que nossa memória não consegue guardar.

[...] em virtude de sua historicidade e das funções sociais que as bibliotecas assumem, as mesmas se transformam no refúgio contemporâneo de Mnemosyne e que, devido às práticas de sociabilidade que se engendram em torno e a partir de seu espaço, elas se mostram capazes de enunciar ou exibir uma série de construções culturais cujos referenciais expressam de maneira significativa as estruturas históricas, políticas, ideológicas e identitárias sobre as quais uma dada sociedade se constitui, nutrese e se valoriza. (SILVEIRA, 2012, p. [2]).

Nessa perspectiva, Serrai (1975, p. 142) ressalta “[...] a biblioteca, como memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais, do indivíduo ou da sociedade” e compete “a biblioteca reunir os documentos elaborados, os produtos intelectuais e espirituais das gerações”. O patrimônio documental que se encontra nas bibliotecas e arquivos constitui uma parte importante dessa memória e reflete a diversidade de povos, línguas e culturas. Preservar o patrimônio cultural e documental das bibliotecas é indispensável para a preservação da memória coletiva dos povos. Vale ressaltar que a maior parte da documentação história e científica brasileira estão estabelecidas nos acervos das bibliotecas de instituições científicas, históricas e nas universidades. Todavia em grande parte dessas instituições ainda não foram incorporadas medidas de preservação de acervos, a fim de preservar sua memória e identidade através de seus acervos. Podemos dizer ainda que, há muito a ser feito no que compete à preservação do patrimônio documental das bibliotecas.

É indiscutível que bibliotecas, arquivos e museus preservem a memória e o patrimônio histórico através de seus acervos. Além do mais, estas instituições de memória têm como função colaborar para a disseminação do conhecimento.

As Universidades são centros de produção de conhecimento, consequentemente, geradoras de patrimônios documental, bibliográfico, intelectual, tecnológico e artístico a serem preservados. O Brasil vem aumentando sua produção científica nas últimas décadas consideravelmente e cerca de 90% das pesquisas realizadas no país são produzidas nas universidades. Preservar a

memória das Bibliotecas, é manter viva tanto a memória das bibliotecas como da Instituição a que pertencem, pois a história das bibliotecas está diretamente ligada a história da Instituição. Assim, preservação da memória das Bibliotecas, faz parte de um conjunto de fatores que podem contribuir para a organização do processo e do sentido histórico das Universidades, bem como a divulgação dos serviços prestados pelas bibliotecas e disseminação de seus acervos.

A presente pesquisa tem por objetivo investigar as políticas de preservação da memória das bibliotecas das universidades federais do Rio Grande do Sul, através de seus acervos raros ou históricos, bem como identificar a importância da preservação do patrimônio documental em meio à relação documento, história e memória, considerando o acesso à informação, buscando demonstrar a relevância de efetivar políticas de preservação da memória para as bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande.

2 METODOLOGIA

De acordo com o critério de classificação proposto por Appolinário (2006), a presente pesquisa é de natureza predominantemente qualitativa, prevendo a coleta de dados a partir da interação do pesquisador com o fenômeno pesquisado, ou seja, as Bibliotecas das Universidades Federais do Rio Grande do Sul.

A população da pesquisa compreende os bibliotecários representantes dos sistemas de bibliotecas das universidades. Como instrumento de coleta dos dados, foi utilizado um questionário disponível através de link de página da internet e enviado aos sujeitos da pesquisa através de seus e-mails. O questionário aplicado é composto por perguntas abertas e fechadas sobre a temática estudada com o intuito de conhecer as bibliotecas que possuem políticas de preservação de sua memória. Os dados coletados estão sendo organizados, comparados e analisados por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fala-se tanto de memória e há uma grande procura pelos lugares onde a memória se refugia, em virtude do momento em que vivemos de grande “aceleração”, os locais de começam a ser procurados, pois não há mais meios de memória.

Assim, podemos dizer que os lugares de memória são, antes de tudo, restos, detentores da memória que a nossa memória não é capaz de guardar. Os Museus, arquivos, bibliotecas, cemitérios são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade, são fidelidades particulares de uma sociedade que nivela por princípio que só reconhece indivíduos iguais e idênticos.

Preservar o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, é um dos grandes desafios da contemporaneidade, tendo em vista as rápidas transformações sociais, tecnológicas e econômicas pelas quais o mundo vem passando – corre-se o risco da perda da identidade, das raízes e das referências históricas quando se adere somente à vanguarda, descartando o passado.

Por tratar-se de uma pesquisa de um Projeto de Mestrado que se encontra em sua fase inicial, pretende-se que após a análise dos dados coletados, possamos verificar que a maioria das bibliotecas universitárias investigadas possuem uma

política de preservação de seu acervo de obras raras/históricas, afim de salvaguardar a memória contida neste patrimônio bibliográfico científico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir pode-se dizer que a pesquisa tem proporcionado um panorama acerca das incontáveis possibilidades de resgate da memória através da preservação e acesso às obras raras/históricas existentes nas Bibliotecas Universitárias, assim como está proporcionando a construção de políticas que deverão nortear futuramente as bibliotecas que não possuem tal política. O processo de pesquisa ainda está em andamento por tratar-se de uma pesquisa de Mestrado ativo.

Neste pensar, é imprescindível o desenvolvimento de políticas para obras raras/históricas e especiais nas bibliotecas universitárias, com o intuito de salvaguardar o conhecimento produzido em prol do resgate da memória e do patrimônio da humanidade.

5 REFERÊNCIAS

- APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência:** filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Thomson, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 16 set. 2019.
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Unicamp, 2007.
- SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set.1975.
- SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Sendas entre o visível e o invisível: a biblioteca como “lugar de memória” e de preservação do patrimônio. DataGramZero: revista de informação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, p. [1-16], out. 2012. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/101752>. Acesso em: 16 nov. 2018.
- UNESCO. O Patrimônio. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/heritage-legacy-frompast-to-the-future/> Acesso em: 16 set. 2019.